

BRINQUEDOS DE SAÚDE: educação popular e animação cultural como pedagogias do cuidado em saúde mental¹

HEALTH TOYS:
popular education and cultural animation as pedagogics of care in mental
health

Lucília da Silva Matos ⁱ

Larissa Gonçalves Medeiros ⁱⁱ

Maria Lúcia Chaves Lima ⁱⁱⁱ

RESUMO: O artigo objetiva relatar práticas de educação popular e animação cultural como estratégias de cuidado em saúde mental desenvolvidas em uma pesquisa-intervenção. A experiência baseia-se na descrição e análise teórico-reflexiva das ações realizadas por um projeto de extensão universitária orientado pelo paradigma da promoção da autonomia e inclusão para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Como resultado, aponta as interfaces entre educação popular e animação cultural como uma pedagogia cultural voltada para reafirmar o senso de pertencimento, promover autonomia e, acima de tudo, fortalecer o cuidado em saúde mental de pessoas historicamente marcadas pela exclusão.

Palavras-chave: Saúde mental. Educação popular. Animação cultural. Ludicidade. Cuidado em saúde.

ABSTRACT: The article aims to report practices of popular education and cultural animation as strategies of mental health care developed within a research-intervention. The experience is based on a descriptive and theoretical-reflective analysis of actions carried out by a university extension project guided by the paradigm of promoting autonomy and inclusion for

¹ O artigo é fruto de um Projeto de Extensão intitulado ‘Ludicidade, lazer e educação popular para a produção de cidadania e saúde mental’, vinculado à Faculdade de Educação Física (FEF) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

people in situations of social vulnerability. As a result, it points out the interfaces between popular education and cultural animation as a cultural pedagogy focused on reaffirming the sense of belonging, promoting autonomy, and, above all, strengthening mental health care for people historically marked by exclusion.

Keywords: Mental health. Popular education. Cultural animation. Playfulness. Care in health.

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental no Brasil passou por significativas transformações a partir da Reforma Psiquiátrica, que promoveu o rompimento com o modelo manicomial e tecnicista e passou a investir em uma rede de serviços que tem como o elemento fundamental das práticas em saúde mental o ‘cuidado em liberdade’ (Amarante, 1995). Nesse contexto, surgem diversificadas iniciativas que tem as linguagens culturais e a ludicidade em geral como eixos fundantes as quais aqui denominamos Brinquedos de Saúde: “experiências realizadas na cidade quando ao agenciar afetos tomaram forma artes, pedagogias e clínicas em encontros mobilizados pelo cuidado” (Lima; Matos, 2019).

Este artigo tem como objetivo analisar uma experiência de pesquisa-intervenção desenvolvida no campo da saúde mental, realizada por meio do projeto de extensão da Universidade Federal do Pará (UFPA) intitulado ‘Brinquedos de Saúde: ludicidade, lazer e educação popular para a produção de cidadania e saúde mental.’ A proposta integrou ações de educação popular e animação cultural como estratégias de cuidado voltadas à promoção da autonomia e inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social e foi desenvolvido entre 2017 e 2019.

A escolha do tema encontra justificativa na profunda relação entre os problemas sociais brasileiros e os desafios históricos enfrentados no campo da saúde mental que vem procurando caminhos para a superação do modelo manicomial, pautado pela exclusão, pela medicalização excessiva e pela violação de direitos humanos - o qual perpetua práticas violentas às pessoas em sofrimento psíquico, isolando-as de suas famílias, comunidades e redes sociais (Amarante, 1995).

O contexto social brasileiro, marcado por desigualdades estruturais, exclusão social e estigmatização das pessoas em sofrimento mental, evidencia a necessidade de práticas que rompam com os paradigmas tradicionais e tecnicistas. A Reforma Psiquiátrica, consolidada pela Lei nº 10.216/2001, representou um marco na reorganização do cuidado em saúde mental ao priorizar o cuidado em liberdade, a reintegração social e a valorização da subjetividade dos sujeitos. No entanto, ainda persistem lacunas na implementação de práticas inclusivas, capazes de promover a saúde mental em diálogo com as especificidades culturais e sociais da população brasileira (Brasil, 2001).

No Brasil, a vulnerabilidade socioeconômica, a precarização do trabalho, o racismo estrutural e a desigualdade de acesso aos serviços de saúde agravam os desafios no campo da saúde mental. A população em situação de rua, por exemplo, enfrenta condições de vida extremas, marcadas pela ausência de laços comunitários e pela marginalização. Nesse contexto, práticas que integrem educação

popular e animação cultural ao cuidado podem fortalecer o senso de pertencimento e promover a reconstrução de subjetividades.

A educação popular, fundamentada nos princípios de Paulo Freire, apresenta-se como um instrumento poderoso para enfrentar os desafios sociais brasileiros. Freire (2005) destaca que a educação, ao respeitar os saberes populares e promover o diálogo, pode conscientizar e fortalecer sujeitos e comunidades, permitindo que compreendam e transformem, em alguma medida, as condições opressoras em que vivem. No contexto da saúde mental, essa abordagem permite construir práticas que vão além do tratamento técnico, promovendo autonomia, inclusão social e o fortalecimento de redes comunitárias.

A animação cultural, por sua vez, complementa esse processo ao integrar arte, cultura, jogos e esporte em uma perspectiva lúdica que podem ser ferramentas de cuidado. Melo (2006) argumenta que práticas culturais, artísticas e esportivas podem criar espaços de convivência e pertencimento, aspectos fundamentais para a construção de uma saúde mental coletiva e solidária. Essa abordagem é especialmente relevante em contextos de vulnerabilidade, onde o resgate de memórias e identidades culturais pode funcionar como um catalisador para a inclusão e a cidadania.

Nessa perspectiva, o artigo buscar responder a seguinte questão: Como as práticas de educação popular e animação cultural, realizadas no projeto, contribuem para o cuidado em saúde mental, promovendo autonomia, inclusão social e ressignificação de subjetividades em contextos de vulnerabilidade?

O artigo está organizado com os seguintes tópicos. Na Metodologia, faz-se a caracterização da pesquisa intervenção realizada, que lança luz ao caminho escolhido para o desenvolvido desse estudo, com a apresentação do projeto Brinquedos de Saúde em seu contexto sociocultural, sua organização, equipe e público envolvido.

Em seguida, na seção intitulada Educação popular, animação cultural e cuidado como pressupostos do Brinquedo de Saúde, apresentam-se as bases teóricas que dão sustentação à pedagogia do cuidado em saúde mental, no caso, a Educação Popular e a animação cultural como ferramentas importantes ao processo de diálogo e mediação junto aos envolvidos no projeto.

No tópico Arte, ludicidade e cuidado: ações peripatéticas na saúde e educação popular, são apresentadas as experiências práticas do projeto em territórios urbanos, com ênfase nas intervenções lúdicas, artísticas e pedagógicas. As ações, inspiradas na Clínica Peripatética, mobilizaram encontros, afetos e práticas coletivas de cuidado e pertencimento.

Por fim, nas considerações finais, apresenta-se uma síntese do estudo, respondendo à questão problema com a constatação de que a experiência com educação popular e animação cultural constitui um dispositivo de uma pedagogia do cuidado, oferecendo caminhos para a construção de uma saúde mental emancipadora.

2. METODOLOGIA: caracterização da pesquisa-intervenção realizada com brinquedos de saúde

Este estudo adota como abordagem metodológica a pesquisa-intervenção, uma modalidade qualitativa que articula a ação e reflexão no próprio campo de atuação, buscando produzir conhecimentos a partir da experiência vivida e compartilhada entre os sujeitos implicados (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009). Essa metodologia implica no acompanhamento e intervenção ativa no campo, desafios, aprendizados e impactos relacionados às práticas vividas pelos sujeitos envolvidos.

Trata-se de uma metodologia apropriada porque o artigo busca compreender e analisar práticas desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão ‘Ludicidade, lazer e educação popular para a produção de cidadania e saúde mental’, por meio de ações lúdicas, artísticas e educativas articuladas com os princípios da educação popular e animação cultural.

O projeto foi realizado na cidade de Belém (PA), entre 2017 e 2019, desenvolvido no Instituto de Ciências da Educação (ICED), por meio da Faculdade de Educação Física (FEF) da Universidade Federal do Pará. Ele integrou práticas de educação popular e animação cultural ao cuidado em saúde mental especialmente de pessoas em situação de rua, utilizando atividades lúdicas, artísticas e educativas.

A experiência foi estruturada com base em ações realizadas em diferentes territórios urbanos da cidade de Belém, priorizando espaços de concentração de pessoas em situação de rua, usuárias compulsivas de álcool e outras drogas.

A equipe multidisciplinar envolveu estudantes, profissionais de diferentes áreas (saúde, educação, artes) e integrantes de coletivos culturais que já atuavam com a população em situação de rua, denominados no projeto como ‘cuidadores brincantes’. Esses cuidadores foram responsáveis por conduzir atividades lúdicas e artísticas, promovendo encontros que valorizavam a subjetividade e a construção coletiva de saberes.

Antes do início das atividades, foram realizados encontros de planejamento com a equipe e parceiros institucionais, além do mapeamento de territórios e seus serviços de saúde e assistência social. Essas articulações foram fundamentais para garantir o suporte logístico, a segurança e a mobilização do público-alvo.

O projeto foi organizado em ciclos de atividades. As ações incluíram oficinas artísticas (teatro, música, construção de instrumentos percussivos, entre outras); intervenções culturais em espaços públicos, como cortejos, projeções de filmes, jogos e esportes; e a produção de uma horta comunitária, promovendo organização coletiva e economia solidária. Também foram realizadas ações pontuais, como distribuição de alimentos e rodas de conversa, além das atividades planejadas coletivamente, conforme as especificidades dos territórios e as demandas dos/as participantes.

A escolha dos locais das ações foi definida por critérios como intensidade de fluxo de pessoas em situação de rua, articulação com serviços locais e condições para realização das atividades. Os territórios foram ocupados de maneira flexível, respeitando a dinâmica dos espaços e os desafios encontrados, como a violência institucional e a precarização dos serviços públicos.

Durante todo o projeto, foram produzidos diários de campo, relatórios de equipe e registros audiovisuais, que permitiram a sistematização das ações e reflexões sobre os aprendizados e desafios enfrentados.

A pesquisa foi orientada por princípios éticos e metodológicos que valorizam as singularidades dos/as participantes, respeitando suas culturais e histórias de vida. O cuidado foi construído coletivamente, com a participação ativa dos sujeitos como protagonistas das ações. A metodologia adotada exigiu flexibilidade para adaptar-se às necessidades dos territórios e às demandas emergentes, articulando-se com os fundamentos da educação popular, por meio de círculos de cultura e práticas dialógicas (Freire, 2005), e da animação cultural, estimulando a criação de laços comunitários e o acesso ao lazer como direito social (Melo, 2006).

3 EDUCAÇÃO POPULAR, ANIMAÇÃO CULTURAL E CUIDADO COMO PRESSUPOSTOS DO BRINQUEDOS DE SAÚDE

A construção do projeto ‘Brinquedos de Saúde: ludicidade, lazer e educação popular para a produção de cidadania e saúde mental’ foi fundamentada em três categorias centrais: a educação popular, a animação cultural e o cuidado. Esses pressupostos teórico-metodológicos orientaram as práticas desenvolvidas, destacando a articulação entre saberes populares, práticas culturais e processos de cuidado em saúde mental. Este tópico aborda essas categorias, discutindo suas contribuições teóricas e aplicabilidade prática à luz da literatura.

A educação popular, conforme delineada por Freire (1987), propõe uma prática educativa dialógica e transformadora, pautada na construção coletiva de saberes e na valorização das experiências dos sujeitos. Na perspectiva freiriana, o processo educativo deve superar o ‘modelo bancário’ – que privilegia a transmissão de conteúdos de forma unilateral –, para instaurar um modelo de educação problematizadora, em que educadores e educandos aprendem juntos. É importante destacar que essa perspectiva do diálogo horizontal sugerido por Freire se alinha com práticas de cuidado que respeitam a subjetividade e as narrativas dos indivíduos.

As práticas concretas da pedagogia libertadora Freire (1992) reforçam a ideia de que a educação é um ato político e que a esperança é uma dimensão indispensável para superar situações de opressão. A esperança, enquanto processo pedagógico e transformador, ao ser articulada em contextos de vulnerabilidade psíquica, motiva os sujeitos a mudanças individuais e coletivas. Ao mesmo tempo em que incentiva educadores/cuidadores a manterem uma postura aberta e solidária, criando ambientes de cuidado acolhedores e inclusivos.

Os conhecimentos, as vivências implementadas no projeto, além de estarem ligadas aos princípios da educação popular, estão articuladas no tempo/espaço de lazer das pessoas envolvidas no projeto, pois as manifestações lúdico-culturais presentes no âmbito do lazer são direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs.

Entendemos o ‘lazer’ como uma necessidade humana, uma dimensão da cultura e um direito social. Seguindo Gomes (2014), compreendemos que o lazer deve ser entendido a partir da articulação

de três elementos essenciais: ludicidade, manifestações culturais e tempo/espacço social. Ao articular esses três elementos, a autora propõe uma visão do lazer como prática social complexa, que abrange uma multiplicidade de vivências culturais lúdicas contextualizadas e historicamente situadas.

Sendo a ludicidade uma capacidade humana de vivenciar experiências de forma lúdica, estimulando os sentidos, exercitando o simbólico e exaltando as emoções. Ela não se restringe à infância; está presente em todas as fases da vida, permitindo que as pessoas atribuam significados às suas experiências e transformem o mundo ao seu redor.

As manifestações culturais abarcam práticas sociais vivenciadas como fruição da cultura, tais como festas, jogos, danças, circo, teatro, literatura, entre outras. Essas manifestações são construídas na interação dos sujeitos com suas experiências e refletem as tradições, valores e contradições presentes em cada sociedade. E a referência tempo/espacço diz respeito ao contexto em que as práticas de lazer ocorrem, considerando as dimensões temporais e espaciais produzidas pelas relações sociais e culturais (Gomes, 2014).

A relação entre lazer e animação cultural se destaca como um campo de práticas sociais e educativas voltadas à democratização da cultura. A animação cultural é entendida como uma prática pedagógica que visa promover a participação ativa das comunidades na construção e transformação de sua realidade social e cultural. Segundo Melo (2006), a animação cultural é, portanto, uma tecnologia educacional que utiliza a cultura como meio de promover transformações sociais, artísticas e subjetivas.

Melo (2006) argumenta ainda que a animação cultural opera a partir de uma articulação entre ética e estética, promovendo questionamentos sobre a ordem social e estimulando a emancipação dos sujeitos. Nesse sentido, ela se apresenta como uma ferramenta potente para fomentar a criatividade, a convivência comunitária e a transformação social. No contexto do projeto, as práticas de animação cultural – como oficinas de música, teatro e intervenções artísticas – possibilitaram a ocupação de territórios urbanos negligenciados, transformando-os em espaços de convivência e cuidado.

Por fim, associamos o cuidado como produção de vida, por entender que o cuidado, enquanto prática e valor, está no centro das discussões contemporâneas sobre saúde. Para Merhy (2013a), o cuidado não deve ser entendido como um ato técnico isolado, mas como um acontecimento que emerge do encontro entre subjetividades. A noção de ‘trabalho vivo em ato’, apresentada pelo autor, ressalta a importância da criatividade e da flexibilidade no cuidado, permitindo a construção de novos arranjos tecnológicos e modos de cuidado.

No projeto, o cuidado foi operacionalizado como prática coletiva e integrada, envolvendo profissionais, usuários e territórios. A atuação dos ‘cuidadores brincantes’, inspirada na ideia de Merhy (2013a; 2013b), trouxe à tona a potência do encontro e da ludicidade como elementos fundamentais para o cuidado em saúde mental.

Merhy (2013b) aborda os conceitos de aparelhos, rodas e praças como metáforas que explicam a dinâmica das relações e práticas no campo da saúde. Os aparelhos referem-se às instituições formalizadas, como hospitais, centros de saúde e outros espaços organizados para prestar assistência. Esses aparelhos operam predominantemente em uma lógica técnica e burocrática, frequentemente distante da subjetividade e das necessidades concretas dos sujeitos. Merhy aponta que, embora

necessários, os aparelhos são insuficientes para abarcar a complexidade do cuidado, sendo fundamental compreender e explorar as relações que transcendem as estruturas institucionais.

Por outro lado, as rodas e as praças representam espaços de interação humana mais fluidos, onde ocorrem trocas simbólicas e afetivas que não se limitam às normas institucionais. As rodas remetem a encontros em grupos menores, promovendo a partilha de experiências e saberes entre usuários e trabalhadores da saúde. Já as praças, em uma metáfora ampliada, são entendidas como espaços abertos, democráticos e inclusivos, onde se criam redes de cuidado e solidariedade. Esses conceitos de rodas e praças valorizam o ‘trabalho vivo em ato’, descrito por Merhy (2013b), promovendo práticas de cuidado que colocam o sujeito e suas singularidades no centro, em oposição às lógicas meramente tecnicistas dos aparelhos. Assim, eles revelam o potencial transformador do encontro humano como estratégia para ampliar a produção de saúde e cidadania.

Essa concepção de cuidado coaduna com a lógica orientada pela ‘redução de danos’, uma vez que o projeto propôs estratégias de cuidado que respeitassem os desejos e projetos de vida das pessoas, priorizando a diminuição dos prejuízos associados ao uso compulsivo de álcool e outras drogas.

A redução de danos, que começa no Brasil como uma estratégia de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis (IST), especialmente ao HIV/Aids, vai se tornando um novo paradigma de cuidado em saúde que tem o protagonismo dos/as usuárias como aspecto central de suas ações. Essa prática, na contramão dos processos de criminalização e a patologização das pessoas que fazem uso compulsivo de álcool e outras drogas, promoveu uma visão ampliada de saúde, ancorada nos direitos humanos e no fortalecimento das redes de suporte.

Essa integração corrobora com o entendimento de que a saúde é uma construção coletiva, como apontam Monken e Barcellos (2007). A ocupação criativa dos territórios, associada à valorização dos saberes locais e à prática dialógica, permite a produção de vida em espaços marcados pela exclusão social, transformando-os em lugares de resistência e criação.

Ao articular saberes populares, práticas culturais e modos inovadores de cuidado, foi possível criar espaços de convivência que ressignificaram a relação entre sujeitos e territórios, aspectos que serão desenvolvidos a seguir.

4 ARTE, LUDICIDADE E CUIDADO: ações peripatéticas na saúde e educação popular

A experiência da Clínica Peripatética, proposta por Lancetti (2008), foi uma referência central para o projeto. Esse modelo de cuidado emerge no movimento pelas ruas, desconstruindo as barreiras físicas e simbólicas das instituições para criar redes de suporte e possibilidades de vida. Inspirados por essa abordagem, buscamos criar encontros em territórios invisibilizados, promovendo o jogo, a arte e o afeto como formas de resistência e construção de novas estéticas de existência.

Como apresentado, este projeto desenvolveu práticas de cuidado centradas na ludicidade e no brincar como dispositivos para articular saúde e educação popular. Essas ações se realizaram por meio de deslocamentos pela cidade, adaptando-se às dinâmicas das ruas e às condições impostas pelas redes de saúde e assistência social. A proposta, marcada pela contínua reinvenção, visava ultrapassar os

desafios impostos pelas estruturas institucionais ao abordar as relações com pessoas em situação de rua e usuários/as compulsivas de álcool e outras drogas.

As atividades foram organizadas em ciclos que estruturaram um fluxo de trabalho múltiplo e interdisciplinar, incluindo: a) formação da equipe, promovendo capacitação técnica e teórica para a criação e condução dos brinquedos; b) planejamento estratégico das ações e articulação com redes locais; c) visitas de mapeamento dos territórios e reconhecimento de suas dinâmicas; d) ocupação de espaços públicos, envolvendo atividades lúdicas e artísticas de educação e cuidado; e) supervisão das atividades, por meio de encontros chamados de ‘escutatórias’; f) momentos de culminância, celebrando os resultados de cada ciclo; g) avaliação coletiva das práticas, promovendo ajustes e novos direcionamentos.

A seguir, serão relatadas algumas das experiências vivenciadas durante o projeto.

4.1 Ciclos iniciais: experimentação nos territórios

O início das atividades foi marcado por uma proposta de ocupação abrangente dos territórios urbanos, com prioridade às demandas mais urgentes da rede. Assim, foram realizados encontros semanais em diferentes locais. As ações, conduzidas por duplas ou trios de cuidadores brincantes, envolveram:

- Teatro e jogos corporais nos Centros POP em dois bairros de Belém;
- Rodas de tambores e música com crianças indígenas Warao em uma praça (Praça do Pescador) no centro de Belém;
- Intervenções visuais com lambes² em outra praça (Praça Magalhães) no centro de Belém, um espaço marcado pelo uso compulsivo de álcool e outras drogas e por operações policiais violentas.

A partir desses elementos, palhaços, saltimbancos, contadores de histórias, músicos estabeleciam contato com as pessoas no fluxo da rua, produzindo territórios de cuidado e de arte. Nestes espaços, experimentamos, inclusive, comer juntos, haja vista que a alimentação é um dos principais recursos para trabalhar com essa população, pois além da fome que grita, a comida agrupa as pessoas, ajuda no estabelecimento de vínculos e na construção de experiências de partilha e convívio (Medeiros; Matos; Lima, 2019).

No caso da Praça do Pescador, o trabalho inicial com crianças indígenas Warao se transformou quando o território passou a ser ocupado majoritariamente por pessoas adultas em situação de rua. Foi então que surgiu a Rádio BDS (Brinquedos de Saúde), que, utilizando uma bicicleta-sonora,

² Lambes são derivados do grafite trata-se de uma técnica que utiliza como suporte folhas de papel, com mensagens escritas, desenhos ou colagens, como pôsteres ou cartazes artesanal que são afixados em muros, postes, lixeiras etc.

convidava os participantes a escolher músicas, compartilhar histórias e reconstruir memórias afetivas. Essa atividade revelou-se um poderoso instrumento de criação de vínculos e fortalecimento identitário.

Já na Praça Magalhães, conhecida pelos sujeitos brincantes na época como ‘Praça Abandonada’, o contexto era particularmente desafiador. As intervenções policiais constantes dificultavam a permanência das pessoas no local, e a resistência inicial à participação em atividades lúdicas nos levou a priorizar momentos de escuta. Estratégias como colagem de lambes, com mensagens sobre direitos humanos e orientações para situações de abordagem policial, mostraram-se mais eficazes para o contexto.

4.2 Culminâncias: feiras de afetos e celebração coletiva

Ao final de cada ciclo, promovíamos culminâncias, que funcionavam como rituais festivos de encerramento das atividades. Realizadas em espaços públicos, essas celebrações reuniam participantes, parceiros e a comunidade em torno de música, arte e gastronomia³. Instrumentos como tambores e violão, microfones abertos e materiais para pintura criavam um ambiente de expressão coletiva, permitindo que as pessoas cantassem, dançassem, denunciassem ou compartilhassem suas vivências, como o “nó de passagem” de que nos fala Merhy (2013b, p. 172):

Todos quando estamos cantando e/ou dançando uma música qualquer, em particular marchinhas, cantigas, entre outras, o fazemos em um nó de passagem. Há por ali forças que se repetem em todos que cantam e dançam aquela música em particular; também há forças que marcam o lugar do cantar e do dançar na cultura da sociedade que conseguimos; porém, há um acontecer que só ocorre ali, em ato, com aquele dançante e cantador específico, como um manejo do momento, como um fabricar, ali no cotidiano do acontecimento, a dança e o canto, que nenhum outro irá fabricar.

Esses momentos eram concebidos como feiras de afetos, onde o cuidado se manifestava nas interações e na criação de um espaço de pertencimento. Elementos como a bicicleta-sonora que em muitos momentos ficava à disposição para a livre expressão e a máquina de escrever que ficava à disposição de quem queria escrever cartas, poemas e diferentes tipos de mensagens, e que foram utilizados para estimular narrativas e ampliar o engajamento das pessoas em situação de rua.

4.3 Revisando estratégias: ciclos posteriores

Após os ciclos iniciais, optamos por concentrar as atividades em um território por vez, devido a questões de segurança e à sobrecarga dos serviços parceiros, como o Consultório na Rua. Essa

³ Em várias das intervenções eram servidos alimentos e bebidas: sopas, lanches, frutas, doces, refrigerante, sucos etc.

decisão permitiu ampliar o número de cuidadores brincantes em cada atividade, favorecendo a criação de vínculos mais profundos.

No bairro da Marambaia, setor periférico de Belém, realizamos oficinas de fanzine e vivências percussivas no CAPS AD Marajoara, além de atividades de cultivo de horta no Centro Comunitário Tiradentes (CCT). Essas ações reforçaram a articulação comunitária e integraram saberes locais, como a confecção de instrumentos de percussão com materiais reciclados. O trabalho desenvolvido com tambores não apenas incentivou o aprendizado musical, mas também promoveu estados de relaxamento, fortalecimento emocional e diminuição do uso de substâncias danosas à saúde.

Segundo o relato de participantes, as atividades vivenciadas trouxeram benefícios significativos, como melhorias na disposição física, no humor, na organização mental e na redução da ansiedade e do uso de psicotrópicos, além de desenvolver a disciplina, a escuta e formas conscientes de alterar estados emocionais sem substâncias químicas, apenas com a ampliação da consciência corporal.

Para além do aprendizado musical, os/as participantes também aprenderam a confeccionar instrumentos com materiais recicláveis, promovendo sustentabilidade e gerando possibilidades de renda futura, inclusive com a continuidade de rodas de tambores após o projeto. Um exemplo marcante foi o de um participante do CAPS que, ao frequentar o ateliê de confecção de tambores, adquiriu conhecimentos em luteria e coleta de matérias-primas naturais, como bambu e sementes, para a confecção de instrumentos.

Essa experiência fortaleceu laços comunitários, criou redes de solidariedade, promoveu um senso de pertencimento e proteção e incentivou reflexões sobre o cuidado de si e a vida, ao mesmo tempo em que abriu caminhos para subsistência e autonomia financeira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscamos explorar como práticas de educação popular e animação cultural podem contribuir para um cuidado em saúde mental pautado na autonomia, inclusão social e ressignificação de subjetividades em contextos de vulnerabilidade. A partir da experiência relatada foi possível observar que a integração entre saúde, ludicidade e arte potencializa a criação de vínculos, redes de cuidado e espaços de convivência marcados pela valorização da subjetividade e da coletividade.

A questão norteadora do estudo – como as práticas de educação popular e animação cultural podem contribuir para o cuidado em saúde mental – foi respondida com a constatação de que essas pedagogias do cuidado oferecem caminhos concretos para a construção de uma saúde mental emancipadora. Ao integrar os princípios freirianos, a ludicidade como prática social e as intervenções artísticas no cotidiano de pessoas em situação de vulnerabilidade, o projeto demonstrou que é possível transformar territórios urbanos negligenciados em espaços de produção de vida, resistência e cidadania.

Apesar dos avanços, o projeto também evidenciou novos desafios. A precariedade dos serviços públicos, a violência institucional e a estigmatização das populações vulneráveis ainda constituem barreiras significativas para a efetivação de práticas humanizadoras. Esses obstáculos reforçam a necessidade de maior articulação entre políticas públicas, academia e movimentos sociais para assegurar a continuidade e ampliação de iniciativas como essa.

Para abordagens futuras, sugerimos que ações como as descritas neste relato sejam fortalecidas por meio de maior investimento em capacitação de equipes multidisciplinares e na criação de políticas públicas que reconheçam a cultura, o esporte, o lazer, e a arte como direitos fundamentais. Além disso, seria valioso aprofundar pesquisas sobre o impacto de práticas lúdico-culturais na saúde mental, ampliando o escopo de estudos para diferentes contextos socioculturais e populações.

Por fim, reafirmamos que o cuidado em saúde mental precisa ser pensado como uma construção coletiva, flexível e sensível às singularidades dos sujeitos. A articulação entre educação popular e animação cultural se revela como uma estratégia potente para resgatar o senso de pertencimento, promover autonomia e, acima de tudo, fortalecer o cuidado em saúde mental em territórios historicamente marcados pela exclusão.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. Psiquiatria social e reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, 9 abr. 2001.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. *Revista Brasileira De Estudos Do Lazer*, 2014. 1(1), p.3-20.

LANCETTI, A. Saúde loucura 10: clínica peripatética. São Paulo: Hucitec, 2008.

LIMA, Vitor Nina; MATOS, Lucília da Silva. Apresentação. In: Brinquedos de saúde: experiências de educação e cuidado na produção de vida. Belém-PA, Paka-Tatu, 2019.

MEDEIROS, Larissa Gonçalves; MATOS, Lucília da Silva; LIMA, Vitor Nina. Brinquedos de Saúde: cuidando com arte, lazer e educação para produção de vida na cidade de Belém In: Brinquedos de saúde: experiências de educação e cuidado na produção de vida. Belém-PA, Paka-Tatu, 2019.

MELO, Victor Andrade de. A animação cultural: conceitos e propostas. Campinas: Papirus, 2006.

MERHY, Emerson Elias. O cuidado é um acontecimento e não um ato. In: FRANCO, Túlio Batista; MERHY, Emerson Elias. Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde: textos reunidos. São Paulo: Hucitec Editora Ltda, 2013a. p. 172-182.

MERHY, Emerson Elias. Público e privado: entre aparelhos, rodas e praças. In: FRANCO, Túlio Batista; MERHY, Emerson Elias. Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde: textos reunidos. São Paulo: Hucitec Editora Ltda, 2013b. p. 269-276.

MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Territórios vivos: práticas de saúde em territórios vulneráveis. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L da. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

Recebido em: 31 de janeiro de 2025.

Aprovado em: 17 de junho de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.30681/reps.v16i1.13406>

ⁱ Lucília da Silva Matos. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professora Associada da Universidade Federal do Pará (UFPA), líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Lazer e Ludicidade (Moçarai/UFPA).

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4225451674854195>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1403-3009>

E-mail: luciliasmatos@gmail.com

ⁱⁱ Larissa Gonçalves Medeiros. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Pará. Assessora Territorial Pará do Projeto Gente no Centro, vinculado à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad).

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2555647907023559>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9738-1984>

E-mail: laribelem@gmail.com

ⁱⁱⁱ Maria Lúcia Chaves Lima. Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professora Associada da Universidade Federal do Pará (UFPA), líder do Grupo Inquietações: arte, saúde e educação.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2883065146680171>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3062-2399>

E-mail: marialuciacl@gmail.com